



## O Programa de Pós-Graduação em Ciência da Religião da PUC-SP: da sua pré-história à progressiva evolução e maioria

### *The Graduate Program of Study of Religion at Pontifical Catholic University of São Paulo: from its pre-history to its progressive evolution and majority*

Edênio Valle\*

#### **Preâmbulo**

O surgimento do Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciência da Religião da PUC-SP tem uma pré-história que começa com a fundação da Universidade (em 1946) e segue adiante com a movimentação que caracterizou a Igreja do Brasil no contexto eclesial surgido já no pontificado do Papa Pio XII (1939-1958), devido ao processo de renovação desencadeado por movimentos como a Ação Católica Brasileira, o da renovação bíblica, o movimento litúrgico-catequético. Surgiram também outras novidades pós-guerra como o movimento “Por um Mundo Melhor” e, mais tarde, os “Cursilhos de Cristandade” que foram bem recebidos pela Igreja do Brasil. Esses dois últimos vieram dinamizar a velha pastoral das associações (Congregações Marianas, Filhas de Maria, Apostolado da Oração). Em ambientes universitários o movimento mais atuante foi o da Ação Católica, com seus vários ramos, com forte presença dos leigos e leigas.

Tudo isto se deu ainda no pontificado de Pio XII, mas foi com o aparecimento do profético João XXIII (1959-1963) e a realização do Concílio Vaticano II (1962-1965) que estes impulsos renovadores se tornaram irreversíveis, dinamizando e reorientando toda a vida e ação pastoral da Igreja tendo encontrado na PUC-SP um de seus polos concretos de realização em São Paulo. São inovações e resistências, tendências e fatos que merecem ser recordados por ocasião dos 40 anos de fundação do Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciência da Religião (CRE). O Programa não nasceu de repente como se decorresse apenas de voluntarismos vanguardistas ou de passes de mágica da criatividade inquietada da comunidade puquiiana. Há toda uma “pré-história” no processo que levou à criação do Programa de Ciência da Religião, um fato pequeno num contexto histórico muito maior e até mais rápido.

---

\* Doutor em Pedagogia (UNISAL-Itália). Contato: [edeniovalle@uol.com.br](mailto:edeniovalle@uol.com.br).

Quero neste texto mostrar exatamente algumas facetas que condicionaram o que é hoje a PUC-SP e, nela, a evolução do ensino da Teologia e da ética cristã. Vou falar principalmente do que eu vivi como professor e como padre nestes quatro decênios em que a Pastoral desenvolvida na Universidade começou a caminhar em direção a novos modelos, especialmente com a chegada à Arquidiocese de São Paulo de Dom Paulo Evaristo Arns, primeiro como Bispo Auxiliar e depois como Arcebispo e Grão Chanceler. São sonhos que foram crescendo na medida em que o diálogo com a Modernidade (tema central do Concílio Vaticano II, segundo João XXII) foi se tornando uma característica da Igreja do Brasil e atingindo em cheio o seu trabalho evangelizador em nosso país.

A PUC-SP, pela sua natureza de Universidade, não podia ficar de fora dessas movimentações epocais. Foi neste redemoinho turbulento que ela acabou ocupando um lugar de vanguarda<sup>1</sup> no cenário universitário brasileiro. Os impulsos advindos do Concílio, aliados à agitação sócio-política que acontecia no Brasil, na década de 60, conduziram nossa Universidade bem para lá da reforma tranquila que as autoridades da Igreja em Roma haviam planejado. No imediato pós-Concílio, as Universidades Católicas da América Latina foram as primeiras instituições “eclesásticas” a saírem de suas rotinas tradicionais e a se abrirem às mudanças históricas e culturais que ocorriam em nosso continente em meio a disputas e conflitos ideológicos pela hegemonia no campo da economia, da política, da cultura, do pensamento e, “*last but not least*”, das Teologias, Religiões e Universidades

Não basta, portanto, falar apenas do pioneirismo (acadêmico-universitário, político, artístico e outros) acontecidos na PUC-SP entre os anos de 60 a 80, quando essa assumiu os caminhos apontados por conjunturas internas e externa à ela mesma, assim como pelos rumos dados à Pastoral da Arquidiocese de São Paulo por Dom Paulo Evaristo Arns ao ser nomeado Arcebispo (1970) e em seguida Cardeal (1973) da mais pujante e dividida cidade brasileira (cf. Valle, 2016). A ação pastoral da Igreja de São Paulo e, na sequência, a Pastoral desenvolvida na Universidade, seguiram de perto a direção apontada pelos encontros realizados em Buga (1967)<sup>2</sup> e pela Conferência de Medellín (1968), eventos que propiciaram um diálogo aberto entre a Igreja e a História real dos países e povos “descobertos”, conquistados e catequizados pelas potências europeias da época, não sem participação da Igreja Católica que havia cedido aos reis de Portugal e Espanha os direitos do Padroado.

O texto se dividirá em quatro partes principais. Serão quatro olhares distintos lançados sobre a PUC-SP em que vivemos hoje. Propositadamente enfatizarei na Parte I – que aqui chamo de “pré-história” do Programa. É a parte que tem início parcial já antes do Concílio Vaticano II, o evento que provocou mudanças substantivas na história posterior da nossa Universidade em seu todo. Neste primeiro olhar será considerado sobretudo o impacto que o Concílio provocou na América Latina pelas assembleias

---

1 Não uso o termo “vanguarda” em sentido ufanista. Sei que em tempos de turbulência a evolução histórica se mescla, por vezes confusamente, com erros e acertos que só aos poucos vão revelando o que é uma ou outra coisa. A Igreja Católica amadureceu na compreensão mais consciente deste processo durante os anos do Concílio Vaticano II e nas repercussões do mesmo na América Latina e no Brasil.

2 I Encontro Latino-americano sobre a missão da universidade católica na América Latina, seguido pelo seminário de bispos sobre a presença da Igreja na realidade universitária latino-americana. O documento apresenta como deveria ser uma Universidade “católica” em seus valores e “pública” em sua gestão.

organizadas no Continente pelo CELAM (Conselho Episcopal Latinoamericano) através dos encontros de Buga e de Medellín, na sequência, de três outros documentos de autoria de Papa Paulo VI que foram fundamentais no que se verificou na vibrante PUC-SP, uma Universidade Católica “pensadora, educadora e pesquisadora vinculada a um compromisso com a sociedade” (Casali e Almeida, 2018).

O segundo olhar (Parte II) se voltará para as transformações experimentadas na PUC-SP no modo de dar uma informação e de transmitir ao alunado o pensamento teológico católico, levando em conta que muitos deles sequer tinham formação catequética elementar. Ao contrário eram frequentemente os “sem religião” (cf. Ribeiro, 2009). O que estava em jogo, em meados da década de sessenta, era como deixar de lado a antiga disciplina de “Cultura Religiosa” (ensinada desde a inauguração da PUC-SP) para substituí-la pela de “Problemas Filosóficos e Teológicos do Homem Contemporâneos” (PFTHC), uma disciplina que didática e programaticamente se inseria no conjunto de atividades acadêmicas que caracterizavam o “Curso Básico da PUC” e inspirada no dinamismo pastoral renovador que sacudiu a Igreja Católica do Pós-Concílio assumido pela PUC-SP.

Vou me permitir partir de minha experiência pessoal como professor da Cadeira de PFTHC. Foi este exercício ainda na antiga Capelania Universitária que me ajudou a tomar consciência de que numa Universidade como a PUC-SP se fazia necessário um Departamento de Teologia que inserisse o ensino de “Cultura Religiosa” no que os alemães chamam de “Ciência da Religião” (*Religionswissenschaft*). E isto, tanto no nível do Básico quanto no de Graduação e mesmo no da Pós-Graduação que estava sendo inaugurado na PUC-SP.

O terceiro olhar (Parte III) se resumirá a dois lances. O primeiro se voltará para as discussões que antecederam a fundação de um Programa de Mestrado em Ciências da Religião independente da Teologia enquanto tal. O segundo recolherá flashes do caminho não linear que marcou a discussão em torno da aprovação e da evolução inicial deste Programa na PUC-SP.

O quarto olhar (Parte IV) se orientará para a evolução posterior experimentada pelo nosso Programa até sua consolidação, nos anos 80 e 90. No meu modo de ver, o Programa atravessou nestes seus quarenta anos de vida três fases distintas: a da fundação propriamente dita, a de sua consolidação e a atual que é a de sua maturidade. O escrito trabalhará apenas a primeira dessas fases, a da fundação. Sou de opinião que o acontecido naqueles anos e mesmo anos anteriores (que aqui chamo de pré-histórica) não pode nem deve ser esquecido pois é ali que estão as sementes do que o Programa é hoje com seus limites e com as grandes possibilidades que ele soube usar muito bem. Deixo aos colegas professores e coordenadores que conduziram o Programa depois de minha gestão inaugural a tarefa de narrar o acontecido nas fases de sua consolidação e na de sua maioridade acadêmica no cenário universitário brasileiro.

## **Olhar latino-americano após o Concílio Vaticano II**

Um fator decisivo em todo o processo de mudança da nossa Universidade foi, sem sombra de dúvida, o impacto que ela recebeu de João XXIII e do Concílio Vaticano II, assim como das sucessivas orientações promulgadas pelo CELAM e pela CNBB para a

Ação Evangelizadora da Igreja na América Latina e no Brasil. No início dessas diretrizes pastorais que deram rumos novos à Igreja do Brasil está o “Plano de Emergência” datado de 1963, antes, portanto do término do Concílio, solicitado por João XXIII<sup>3</sup> aos Bispos de nosso país. Esse Plano foi elaborado sob a orientação do então Secretário Geral da CNBB Dom Helder Câmara. A aplicação efetiva do mesmo aconteceu em concomitância com o golpe militar de 1964 que alterou substancialmente as relações, até então pacíficas, entre a Igreja e o Estado/Governo brasileiro.

Quando o Papa Paulo VI encerrou o Concílio Vaticano II em 1965, a PUC paulista contava com pouco mais de quinze anos de fundação. Achava-se, no entanto, já estabelecida com certa solidez. Por essa época, os reitores estavam deixando de ser necessariamente membros do Episcopado. Tinha início o período em que este posto decisivo passava a ser ocupado por leigos escolhidos através de consultas indiretas à Comunidade. O Desembargador Bandeira de Mello foi o primeiro Reitor leigo. O Vice-Reitor, porém, continuou sendo um Bispo (Dom Benedito Ulhoa e Dom Cândido Padim).

A ideia de se ter em São Paulo uma Universidade Católica se deveu muito ao jesuíta Pe. Roberto Saboia de Medeiros que deu início na capital paulista e no ABC aos primeiros cursos universitários na área de Administração, Engenharia e Tecnologia. O impulso decisivo se deveu ao Cardeal Carlos Carmelo de Vasconcelos Motta e a alguns intelectuais católicos dispostos a dotar a Igreja de São Paulo de uma Universidade propriamente dita. O que existia anteriormente eram várias Faculdades católicas isoladas e independentes uma da outra. O projeto de uni-las numa só instituição contou com o beneplácito e o apoio direto da Santa Sé e dos Bispos, donde o reconhecimento pontifício imediatamente concedido à PUC-SP no ano mesmo de sua fundação, em 1946.

Nos primeiros anos como Universidade ela contou com o apoio financeiro do Governo brasileiro, via MEC, e sobrevivia graças *também* aos recursos provenientes da elite financeira paulista e da contribuição direta das dioceses de todo o Estado de São Paulo<sup>4</sup>. Nestes primeiros tempos ela era vista como a menina dos olhos do Episcopado do Estado de São Paulo. Após a instauração do regime militar no Brasil as coisas começaram a mudar e instalaram-se sucessivas crises financeiras endógenas e exógenas. Não era, contudo, propriamente uma “*universitas*”. Era mais um aglomerado de instituições de nível qualitativo e administrativo bastante desigual, por essa razão a primeira tarefa a ser enfrentada foi a de construir na prática a sua identidade de “Universidade Católica”, através de um processo que na década de quarenta tinha ainda um perfil bastante conservador porque elaborado desde uma visão teológico-pastoral de cunho claramente pré-conciliar.

---

3 Pesou muito nos rumos da Igreja de São Paulo e do Brasil este “Plano de Emergência”. Nele mal se faz menção às Universidades Católicas e à Pastoral Universitária (CNBB 1962, pp. 75 a 89). São diretrizes para a necessidade de Igreja do Brasil de então. O Plano, enquanto tal, era evidentemente de cunho pré-conciliar. Nisto se distancia do que fora dito pouco depois em Buga, um documento perpassado pelo sopro de novidade e otimismo pós-conciliar então dominantes na Igreja e presente também na PUC-SP. Buga coloca no centro de suas diretrizes o que é fundamental para se compreender o que deve ser uma Universidade alicerçada em valores humanos cristãos e consciente do que deve ser o papel de uma Universidade na moderna cultura científica, letrada ou de massa.

4 Nos primeiros anos de existência da PUC-SP, os Bispos de nosso Estado doavam parte da contribuição dos emolumentos que os fiéis pagavam pelo crisma à Fundação São Paulo, mantenedora da Universidade. A PUC era considerada como sendo um projeto de todos os bispos paulistas e não apenas da Arquidiocese de São Paulo.

No Vaticano II a Igreja Católica fez uma profunda revisão de seu papel pastoral (um *mea culpa* também) e de suas relações com a modernidade, fortemente orientada para as ciências, para o pensamento crítico e para o que o Concílio chamou de “autonomia das realidades terrestres”. O Concílio, paralelamente à tentativa de inaugurar um diálogo novo com o mundo moderno, elaborou uma nova Eclesiologia, uma nova Cristologia e um novo conceito de Missão. Teologicamente o centro da presença e da ação da Igreja passou a se concentrar no anúncio do Reino de Deus. Não é o caso, aqui, de recordar tudo o que foi dito no Concílio, basta lembrar que o Concílio foi um divisor de águas. Mesmo não tendo condições de tornar realidade plena sua visão teológica de Igreja, deixa claro que esta tem como missão evangélica irrenunciável a de ser um sinal profético da esperança, plantado no coração da humanidade de ontem, hoje e amanhã. Ao mesmo tempo, “é santa e pecadora e sempre na Necessidade de purificar-se e de buscar sem cessar a penitência e a renovação” (Lumen Gentium, no. 8). É sob essa luz que a Igreja fala do papel de suas Universidades, no Concílio, em Buga e na Assembleia de Medellín, assim como nos documentos da CNBB que explicitam sua Missão (cf. Documentos da CNBB, 2005).

Houve dentro da Igreja uma certa resistência ao proposto pelo Concílio (cf. Silva Jr, 2013 e Beozzo, 1992). Essa tendência chegou a preponderar por cerca de 30 anos na alta cúpula da Cúria Romana<sup>5</sup>. Ao Papa Paulo VI coube a espinhosa tarefa de implantar de fato as decisões do Concílio. Nesse sentido, são de sua autoria três documentos que repercutiram muito na Igreja e nas Universidades Católicas do Brasil, todos eles escritos com a finalidade de implantar a visão do Concílio: o documento do Primeiro Sínodo Universal da Igreja sobre “A Justiça no Mundo”; e as Encíclicas *Populorum Progressio* e *Evangelii Nuntinadi*. Sem entrar em análises minuciosas do conteúdo destes pronunciamentos quero apenas dizer que eles encontraram interesse na comunidade docente e discente da PUC-SP que, solicitada, lotou várias vezes o TUCA com um público ávido em conhecer e tornar fato o pensamento conciliar.

Através da “Pastoral Universitária” (PU), na JUC (“Juventude Universitária Católica”), muito ativa antes do Concílio, se percebeu o caminho que poderia facilitar uma inserção mais plena do Concílio “dentro” da estrutura acadêmica, em vez de uma presença quase paralela (“fora”) a ela. Antes de minha chegada à PUC-SP existiam já conversas a respeito de uma a revisão do lugar e da função da “Capelania”, e da Cadeira de “Cultura Religiosa”, gerida por padres, quase todos jovens, e por membros da “Ação Católica”. Foi então que se pensou em substituir a cadeira de “Cultura Religiosa” (isolada na “Capelania Universitária”) por um “Departamento de Teologia” em tudo equiparado aos demais Departamentos da Universidade e a eles estatutariamente articulado e tendo o direito de voz ativa nos três grandes Conselhos da PUC-SP, bem como nos

---

5 Não vou tomar em consideração o que se deu nos anos do pontificado de João Paulo II que, ao lado de medidas restritivas, definiu bem a natureza e os objetivos de uma Universidade pautada em valores cristãos: “Toda a universidade católica, enquanto *Universidade*, é uma comunidade acadêmica que de um modo rigoroso e crítico, contribui para a defesa e o desenvolvimento da dignidade humana e para a herança cultural mediante a investigação, o ensino e os diversos serviços prestados às comunidades locais, nacionais e internacionais. Ela goza daquela autonomia institucional que é necessária para cumprir as suas funções com eficácia, e garante aos seus membros a liberdade acadêmica na salvaguarda dos direitos do indivíduo e da comunidade no âmbito das exigências da verdade e do bem comum” (João Paulo II, Ex Corde Ecclesiae, item 12).

dos Centros e Faculdades e, presente também em outros organismos, núcleos e serviços universitários.

Ao lado continuavam existindo a “Fundação São Paulo” como mantenedora e a “Paróquia Universitária” com a Capela e as duas residências onde residiam duas equipes de presbíteros *full time* dedicados à Pastoral e à JUC. A Paróquia Universitária continuava exercendo suas atividades próprias (litúrgicas, de formação teológico-pastoral e de trabalhos sociais dentro e fora da Universidade). O Departamento de Teologia porém, passaria a integrar e exercer responsabilidade novas na formação profissional e científica dos alunos. A inspiração de fundo de sua presença permaneceria sendo a dos valores éticos cristãos.

### *Os primeiros passos*

O Programa de CRE resultou da conjuntura acima rapidamente descrita. Há que ressaltar que ele foi um dos primeiros do Brasil (1978), exatamente porque existia no país uma ditadura militar e na Igreja um clima que favorecia estes avanços. O anseio de criar um Programa voltado para o estudo das religiões surgiu com mais força em meados da década de 70. Várias Universidades e Institutos de Pesquisa brasileiros – como a PUC-RJ, a UFRJ e a Metodista de São Bernardo do Campo e a própria PUC-SP – caminharam nesta direção, fundando cursos (quase sempre mesclados à Teologia) mas já apresentando características do que nos Estados Unidos é chamado de *Religious Studies*.

O fundamental nessa época era obter o reconhecimento oficial do MEC/CAPES. Em 1969, já havia sido instalado na UFJF um Curso de Graduação em Ciências da Religião, com aprovação do Governo Federal o que demonstra a existência naquela Universidade mineira de uma clara inquietação na área dos Estudos da Religião no Brasil. Tanto assim que, pouco depois, o MEC/CAPES/CFE deram início a consultas e discussões sobre a instalação de tais cursos pós-graduados em nosso país, visando conceder a essa ciência cidadania acadêmica na Universidade brasileira. Foram muitas as lutas e muitos os debates (cf. Oliveira, 2010). É importante frisar que foi com quase cem anos de atraso que o Brasil seguiu este caminho que em meados do século XIX já havia sido encetado por Universidades da Alemanha, França, Bélgica, Suíça e Inglaterra (cf. Passos e Usarski, 2013, pp. 18-29).

No mundo luso-brasileiro, até aproximadamente à época do iluminismo pom-balino, os Estudos da Religião estiveram entregues a congregações religiosas como os Dominicanos e os Jesuítas ou, então, a seminários católicos, instituições nas quais a orientação dos estudos cabia à Teologia e à Filosofia Escolástica (leia-se à autoridade eclesiástica). Além disto, tais estudos, com poucas exceções, se limitavam a uma perspectiva doutrinária segundo moldes confessionais inspirados pelo Concílio de Trento e pelo Santo Ofício (no caso dos católicos) e/ou em matrizes protestantes europeias e americanas implantadas no Brasil ao longo do século XIX (no caso das Igrejas históricas da Reforma) e na primeira metade do século XX (no caso dos movimentos nascido

evangelismo tipo *revival*<sup>6</sup>). Não é que antes inexistisse em nosso país uma atenção científica ao fenômeno das religiões.

No caso da Psicologia da Religião, disciplina de minha área de especialização, isto pode ser constatado, por exemplo, nas pesquisas de Valle (2014). Historicamente tais estudos existiam desde a primeira colonização portuguesa, fazendo-se presentes em pesquisas realizadas por mestres jesuítas chegados ao Brasil no século XVI e XVII, religiosos que, ao aportarem ao nosso país procuraram logo entender as enormes diferenças comportamentais existentes entre o Catolicismo português (pós-tridentino) e as religiões primais que encontraram nos nativos da terra. Em S. Paulo, a USP desde a data de sua fundação (1934), distinguiu-se por seus estudos de Etnologia, Antropologia, História e Sociologia da Religião. Basta lembrar nomes como os de Roger Bastide (1898-1974) e de Claude Lévy-Strauss (1908-2009).

A USP marcou época como iniciadora de uma nova era nestas áreas de estudos que inauguravam uma certa interdisciplinaridade, mas que nem de longe nos permite falar de uma Ciência da Religião *sensu stricto*. Essa área de estudos só mereceu a atenção do Conselho Nacional de Educação (CNE)<sup>7</sup> e do MEC/CAPES depois de 1960 quando o tema foi discutido – infelizmente sem suficiente conhecimento do estado da arte em outros países mais avançados – o que, no fim das contas, acabou resultando no fortalecimento de um certo *bias* contra a Teologia e a Ciência da Religião em ambientes universitários representativos do país e no próprio MEC.

Não se pode esquecer que, de outro lado, a posição oficial das autoridades eclesásticas – tanto católicas quanto protestantes – costumavam ser cautelosas e defensivas com relação ao que era discutido nas instâncias do Governo a respeito da validação de cursos de Teologia e do reconhecimento da Ciência da Religião, vista como uma possível ameaça à Teologia e à autoridade das Igrejas. *Et pour cause!*

Em relação à nossa Universidade há ainda que sublinhar que ela, ao tomar a dianteira, foi além do sugerido por estes documentos do que na tradição teológica católica é chamado de “magistério ordinário e extraordinário”. As novas perspectivas que foram se concretizando se deviam ao corpo docente leigo, jovem e bem preparado e às lideranças corajosas que surgiram desde dentro da comunidade universitária. Há ainda um fator a ser levado em conta: a PUC-SP se situa numa metrópole extremamente dinâmica, pluricultural e secularizada e mais que outras Universidades Católicas sentia a necessidade de dar às crises vividas pela Igreja e o país uma resposta convincente “de Universidade”. Tanto mais que contava com a linha pastoral de seu Arcebispo Dom Paulo Evaristo Arns e seu Vice-Reitor Comunitário Dom Cândido Padim, o Bispo que coordenou o Documento de Buga. O que estes dois Bispos propunham era fazer da PUC-SP uma instituição universitária católica e pontifícia. Pensavam para tanto não somente em mudanças e adaptações na Universidade e na Pastoral como numa reforma da Universidade e da Pastoral (Valle e Masetto, 1976).

---

6 Deram-se no campo dito “protestante” desenvolvimentos surpreendentes devidos ao avassalador progresso das sucessivas ondas de movimentos neopentecostais (e de outras religiões) que passaram progressivamente a dominar o cenário da segunda metade do século XX e se tornaram quase hegemônicos na América latina e no Brasil, indicando um desenvolvimento religioso reativo à onda secularizante que enfraqueceu institucionalmente as Igrejas históricas.

7 Posteriormente nomeado de Conselho Federal de Educação (CFE).

## As transformações a partir do desafio da teologia na Universidade

Fundamental para a compreensão da metamorfose sofrida pelo Departamento de Teologia foi o surgimento do Curso Básico da PUC-SP, uma das mais interessantes experiências didático-pedagógicas surgidas no Brasil da década de 60. As atividades do Departamento de Teologia não se restringiam aos contatos com os alunos de PFTHC e do Básico. Através das disciplinas chamadas de “optativas” elas começaram a expandir suas atividades também a alunos do segundo ciclo. Além disto, foram constituídos na Universidade cinco Institutos especializados direta ou indiretamente ligados à Reitoria e ao Departamento de Teologia. Eis os nomes e os dirigentes dos mesmos: Urplan, (dirigido pelo Prof. Luiz Eduardo Wanderley); Proter (dirigido pelo Prof. Plínio de Arruda Sampaio), Ipeafro (dirigido pelo Prof. Abdias do Nascimento); o NTC (Núcleo de Trabalhos Comunitários, dirigido pela Profa. Maria Stella Graciani; o antigo Centro de Estudos Especiais, cujo diretor era D. Cândido Padin, passou a se chamar IEE (Instituto de Estudos Especiais, dirigido pelo Prof. José J; Queiroz), passando mais tarde à coordenação da Faculdade de Serviço Social.

Também na área social eram grandes o dinamismo e a inovação. Destaco a criação em sete bairros da periferia de São Paulo de Centros de Atendimento Jurídico à população pobre. Estes sete centros trabalhavam em articulação com a Pastoral de Periferia de Dom Paulo Evaristo e com os dois Conselhos por ele instituídos, o de “Defesa dos Direitos Humanos” e o de “Justiça e Paz”. Participavam dessas iniciativas alunos de várias Faculdades, sobretudo de Direito, Serviço Social, Psicologia, Pedagogia e Jornalismo. Na direção estavam professores de cada uma destas Faculdades. Destes grupos saíram mais tarde vários ex-alunos que se tornaram nomes conhecidos no campo político-social e na liderança em alguns outros setores da vida social e política e de organizações sociais de Igreja.

O campus da Monte Alegre e o Teatro da Universidade deram suporte a todos estes trabalhos, acolhendo centenas de pessoas que não dispunham de outro lugar de encontro senão o oferecido pela PUC-SP. Memorável foi a série de debates políticos que se deram na fase de transição do regime militar graças ao Programa “Terça no Tuca”. O “Patio da Cruz” foi palco de inúmeras Assembleias populares. O Tuca e as salas de aula da Universidade acolheram naqueles anos difíceis os “Cursos de Verão” aos quais acorriam centenas lideranças das CEBs (Comunidades Eclesiais de Base) e dos movimentos sociais vindos de todo o território nacional. Estes Cursos de natureza popular e ecumênica se davam no período de férias e são ministrados até hoje. Seu dirigente era e continua sendo o Pe. José Oscar Beozzo.

Houve também resistências e críticas ao Básico e à Reitoria que o sustentava malgrado seu elevado custo. Essas eram oriundas de alguns cursos de graduação que julgavam perda de tempo gastar dois semestres com o ensino de disciplinas “genéricas” e alheias aos interesses diretos de cada profissão. Mas o fato é que, com o Básico, o Departamento de Teologia saiu de seu isolamento e passou a se integrar na estrutura acadêmica da Universidade, deixando de ser visto como “coisa de padres” ou “uma exigência imposta pela Igreja”. Hoje me pergunto se aquilo resultou apenas do clima otimista do Concílio e de uma sociedade e uma juventude que se sentiam oprimidas e sem muitas alternativas.



Dentro da Universidade deram-se muitas iniciativas que comprovam o dinamismo que reinava na comunidade com participação ativa do Departamento de Teologia agora renovado por um número apreciável de professores jovens em sua maioria egressos pouco antes de Seminários Católicos. A PUC-SP foi se transformando numa Universidade diferenciada e com rosto próprio. São exemplos de seu dinamismo a fundação da Associação de Professores (Apropuc) e de Funcionários (Afapuc) e, no caso dos alunos, a organização do primeiro DCE (Departamento Central de Estudantes) do Brasil. A movimentação interna no campus da Monte Alegre era grande e foram muitos episódios de que ele foi palco e, por vezes, promotor. Uma iniciativa original foi a da Instituinte; outra a participação ativa de professores nossos na direção da Andes (Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior). Outros episódios que tiveram repercussão nacional foram a realização na PUC-SP do Encontro Nacional da SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso das Ciências), as tentativas de incêndio do TUCA (sendo que a última delas chegou a destruir inteiramente o teatro). Por fim, menciono dois episódios de ampla repercussão no país: a famosa invasão da PUC de setembro de 1977 e escolha da Reitora da PUC-SP pela comunidade através do voto, em 1981.

O ambiente e a rotina da Universidade eram agitados já antes do Concílio. Era marcado pela presença ativa de um grupo católico ultraconservador (a TFP: Tradição, Família e Propriedade) que se expandiu no campo político para além do espaço de nosso campus. Este movimento era liderado por Plínio Correia de Oliveira, um dos professores fundadores da Universidade. Com a chegada do regime militar, do golpe de 1964 e da edição do Ato Institucional 5 (1968), a vida interna da PUC agravou-se ainda mais. A Reitoria passou a ser espionada por organismos estaduais e federais de segurança. Internamente a Universidade passou a sentir a presença de grupos e agremiações de esquerda. A JUC (Juventude Universitária Católica) entrou em crise. Uma ala jucista se desvinculou da Igreja, adotando uma linha marxista e revolucionária e alguns dos padres que trabalhavam na Pastoral Universitária deixaram o ministério presbiteral.

A crise bateu forte nas portas da Universidade em meados dos anos 70. Uma das soluções que pareciam promissoras foi a de aplicar na PUC-SP o que diziam com todas as letras Buga e Medellín, eventos que contavam com o aval de Dom Paulo Evaristo. Buga sobretudo influenciou o que se passou na PUC-SP.

### *A experiência seminal com a criação da PFTHC*

Dentro deste contexto, o Departamento de teologia assumiu uma cadeira com um nome longo e difícil, além de um tanto estranho para os alunos: “Problemas Filosóficos e Teológicos do Homem Contemporâneo” (PFTHC). Esta cadeira foi bem recebida pelos alunos e por eles carinhosamente batizada com o nome de “Pefeteco”. O currículo do Básico estava sob a responsabilidade de quatro departamentos distintos. Suas atividades eram planejadas conjuntamente, mas ministradas autonomamente. O Curso possuía uma coordenação própria e independente e suas metas, objetivos e metodologias eram comuns às quatro disciplinas. A amizade e o intercâmbio (a conversa sobre os fatos da vida real) cresceram a olhos vistos entre os docentes e alunos do campus

da Monte Alegre. Este deixou de ser constituído por “acampamentos” isolados um do outro onde eram dadas aulas desta ou daquela área de conhecimento. Virou um lugar de convivência e de debates sobre os grandes temas da sociedade, da cultura, da política e da vida. Um “campus” no sentido original da palavra.

Seguindo as inspirações conciliares e as orientações do Documento de Buga que falam detalhadamente da Universidade Católica na América Latina, optei por tomar como ponto de referência de minhas aulas – *interdisciplinarmente* orientadas – tomei a Psicologia, a Sociologia e a Filosofia, assim como essas eram expostas no livro *Homem Hoje* organizado por Augusto José Chiavegato (1976), para só então passar aos documentos conciliares, por definição de natureza teológica. Dei preferência ao documento *Gaudium et Spes*, que me parecia ser o mais acessível a alunos, católicos ou não, em geral sem adequada formação religiosa que se matriculam em Universidades Católicas como a nossa (cf. Ribeiro, 2009). Usei neste experimento didático um método mais interativo (de tipo socrático) melhor elaborado do que havia empregado na primeira fase de minha carreira docente. Insisti em aliar as ideias ali expostas a perguntas que tocavam de perto o dia-a-dia e as interrogações existenciais dos alunos. Habituei os alunos a discutir também em pequenos grupos. Paralelamente, ia mostrando que os temas do livro estavam todos presentes na *Gaudium et Spes*. Só que os textos da Igreja se alimentavam da fé à diferença dos textos dos autores tratados no livro *Homem Hoje* que desconsideravam as doutrinas e ensinamentos teológicos, não os da ética e dos valores humano, que fundamentam as Teologias, em especial a judaico-cristã.

Relendo trechos desta obra tenho a impressão de que foi nestes anos criativos (da PUC-SP e do Departamento de Teologia) que começou a amadurecer em nosso espírito a ideia de, mais tarde, chegar à criação de um Programa interdisciplinar de Ciências da Religião. Um dos motivos porque eu mesmo comecei a pensar nesta hipótese foi o fato de eu começar a dar aulas no Programa de Pós-Graduação em Filosofia. Foi então que percebi a falta de sentido de permanecer apenas no Ciclo Básico, Era preciso seguir adiante até chegar ao nível da pós-graduação. Já que a PUC-SP não possuía mais uma Faculdade de Teologia (a Faculdade Nossa Senhora da Assunção havia se separado formalmente da PUC-SP), a solução seria pensar em um Programa de Ciências da Religião.

Em minhas aulas e como alguns Grupos diferenciados de Alunos (os monitores da cadeira de PFTHC) usei muito as ideias de meu amigo Marcelo de Carvalho Azevedo (antropólogo e teólogo Jesuíta) que anos mais tarde explicou sua visão antropológica da cultura cristã como sendo tributária de todo o desenvolvimento experimentado pela antropologia cultural com o aporte de seus autores que marcaram as discussões nas décadas de 70 e 80 (cf. Azevedo, 1990, p.18). A cultura, portanto, corresponde necessariamente a modos e expressões culturais que só podem ser entendidas em seu contexto social. As sociedades por seu lado (e nelas as religiões) não se constroem sem o pressuposto de alguma cultura.

Como Marcelo Azevedo – que foi professor nas Universidades de Georgetown (USA) e da Gregoriana (Roma) – fui me convencendo de que a melhor maneira de introduzir os jovens numa Universidade católica e pontifícia como a PUC-SP era propiciar a eles questões humanas profundas capazes de formar seu pensamento crítico, sua personalidade e seus valores pessoais (e religiosos!) e, ao mesmo tempo, provocá-los

a uma compreensão filosófico-teológica mais abrangente das ciências em que iriam se profissionalizar. Em outros termos, eu queria que a PUC-SP colaborasse, na sala de aula e no dia-a-dia da convivência acadêmica, a dar a eles uma compreensão mais crítica das ideias e convicções religiosas e teológicas – quase sempre extremamente imprecisas – recebidas na família, na escola e no ambiente cultural, massificado e acrítico em que a maioria deles era usualmente socializado (cf. Ribeiro 2009, p. 213).

Com este objetivo em mente, ao regressar de meus estudos de doutorado na Europa (1971-1974), resolvi experimentar em minhas aulas de PFTHC a possibilidade de associar melhor o ensino da Teologia do Concílio com o modo de pensar ensinado pelas ciências e profissões contemporâneas e alimentados pelos ambientes de socialização juvenil dos alunos que a Universidade recebia através de vestibulares bem concorridos. Sabia muito bem que dois semestres de introdução ao pensamento teológico eram insuficientes para dar sentido ao que os estudantes iriam aprender nos quatro ou cinco anos em que permaneceriam na PUC-SP, sendo bombardeados por outras disciplinas e pelas ideias que alimentavam o meio estudantil.

Ao invés de insistir em textos de natureza teológica, escritos em linguagem eclesial, tomei como ponto de partida alguns textos selecionados da *Gaudium et Spes*, o documento conciliar dedicado a alguns dos problemas mais agudos da contemporaneidade. Confrontei este texto conciliar com alguns capítulos do livro *Homem Hoje*. Meu intuito era o de facilitar aos alunos/as uma compreensão do que a Igreja do Vaticano II, de Medellín e de Buga estavam dizendo ao mundo e às Universidades. Os capítulos do livro apresentavam o pensamento de alguns autores famosos que gozavam de popularidade no meio estudantil dos anos 60 e usavam uma linguagem não-religiosa para falar de problemas relevantes da sociedade e da cultura contemporâneas.

Meu objetivo, ao fazer este confronto entre essas duas aproximações era o de levar os alunos a perceberem que o documento da Igreja falava dos mesmos grandes impasses que preocupavam os pensadores selecionados para este livro propositadamente redigido para alunos matriculados em uma Universidade Católica afim de fazê-los refletir sobre a problemática filosófico-teológica de nossa época, no esforço de ajudá-los a tomar consciência das situações vividas.

Devagar questões teológicas profundas começavam a pipocar na cabeça dos alunos. As discussões em classe às vezes pegavam fogo, pois a PUC-SP era uma usina de sonhos e utopias. Tive a impressão que os alunos (não todos/as, naturalmente) começaram aos poucos a entender o que é “pensar teologicamente” o que lhes permitia elaborar um esboço de visão antropológica que no fundo já era teológico. De repente, eles começavam a ter interesse pelo que a Igreja dizia sobre a situação do Brasil e do mundo. Os mais motivados entre eles resolviam ir diretamente ao texto da *Gaudium et Spes*, e outros pronunciamentos dos Papas e da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil sobre os acontecimentos que se davam em nosso país, o que para mim era um sinal de que eles haviam conectado a leitura do texto conciliar (teológico-pastoral) com a realidade da vida humana com suas interrogações profundas de nossa época. Ou seja, eles começavam a entrar na ótica teológica da fé e a compreender que a teologia é um “pensar situado”.

Minha experiência como professor da cadeira de PFTHC do Básico da PUC-SP teve, portanto, duas fases diferentes. A primeira teve lugar nos anos de 1967-1969 e a

segunda entre 1974-1975. Esta experiência, em suas duas fases, foi para mim bastante positiva. Serviu como uma preparação ao que poderia ser o ensino acadêmico numa Universidade Católica. E (fato real em meu caso) ajudou-me a pensar mais seriamente num Programa de Pós-Graduação em Ciência da Religião.

## Da distinção entre Teologia e CRE ao reconhecimento inicial

Interessante salientar que nas discussões havidas no Brasil a respeito das distinções a serem feitas entre a Teologia e a Ciência da Religião não predominava o pensamento de que deveríamos separar uma da outra. À diferença das polêmicas ruidosas que se deram a este respeito em países europeus, o que pude perceber no Brasil (e na PUC-SP) foi a manutenção do equilíbrio no enfoque do problema

a nossa perspectiva política, além da científica, era (e continua sendo) não de separação da Teologia, mas de soma, para que com essa área pudéssemos implementar uma pós-graduação em Teologia e Ciências de Religião (Marques e Rocha, 2007, p. 206).

A este respeito creio o que preponderou na PUC-SP foi este ponto de vista acima exposto por Rocha. Mas se tinha muito presente nos anos setenta que se tratava de dois enfoques a serem mantidos separados. Estas brigas entre teologia e Ciência da Religião existiam sim também no Brasil, mas a maneira como elas se travavam se orientava

para uma clara tendência de configuração *sui generis* da relação entre Teologia e Ciências da Religião. Entretanto tal relação não se limita aos fatos de cooperação e de relação amistosa, em não poucos momentos e entre pesquisadores, mas também inaugura um novo debate epistemológico que já caminha para quase meio século, desde a fundação do Departamento de Ciências da Religião da UFJF, em 1969, e que repercute diretamente na autonomia e criação da área de Ciências da Religião e Teologia pela CAPES, em 2016, como sendo “mais voltada para uma fundamentação inter-disciplinar (apud Villas Boas, 2018, p. 270)<sup>8</sup>.

Professores como Pedro Ribeiro de Oliveira, Alberto Antoniazzi, Antônio Gouvêa Mendonça, Paulo Fernando de Andrade, Walter Altmann, Jacy Marschin e outros tiveram participação ativa na elucidação e superação destes preconceitos. Seja como for o fato é que a pressão exercida e os esclarecimentos prestados ao MEC/CAPES pelos professores acima citados fizeram com que estes organismos oficiais criassem uma subárea denominada “Subárea de Teologia”, só que subordinando-a não sei bem porque à área da Filosofia, talvez por estar essa mais afeita aos procedimentos e normas da CAPES.

Do meu ponto de vista penso que o que ajudou muito a aprovação e consolidação da Ciência da Religião no Brasil foi o surgimento convergente em várias Universidades de pesquisadores e de instituições que gozavam de prestígio no meio acadêmico. Entre

---

<sup>8</sup> Neste sentido ressalto a experiência de colaboração acadêmica que existiu entre a Anpctecre e a Soter. Outro fato digno de nota e típico do que vivemos no Brasil foi o fato de que alguns Programas de CRE terem elaborado propostas de Programas mais de Teologia do que de Ciências da Religião (cf. Villas Boas, 2018). O que me parece estar predominando atualmente seja na Teologia, seja em Ciências da Religião é a ideia da “interdisciplinaridade” que favorece muito o diálogo entre essas duas áreas de conhecimento (cf. F. Senra e A. C. Ferreira, 2012 e A. Soares, 2013).

os mestres, além da velha guarda europeia que introduziu o tema da religião principalmente na USP, menciono os seguintes professores: Douglas T. Monteiro, Lisias Negrão, Josildeth G. Consorte, Alba Zaluar, Ruben Alves, Rubem César Fernandes, Cândido Ferreira de Camargo, Renato Ortiz, E. Viveiros de Castro, Carlos Rodrigues Brandão, Luiz Eduardo Wanderley Ivone Maggie, José Oscar Beozzo, Alberto Antoniazzi, Edurado Hoernaert, Jacy Maraschin, Pedro Ribeiro de Oliveira e muitos outros.

Entre as instituições cito o CEDI (Centro Ecumênico de Documentação e Informação); o CERIS (Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais); o CER (Centro de Estudos de Religião) que reunia professores da USP, Unicamp, Federal do Rio, Federal de Juiz de Fora e PUC-SP e o ISER, centro lançou a Revista “Religião e Sociedade”, sob a direção de Ruben César Fernandes, revista essa que existe até hoje. Na PUC-SP, no campo da Psicologia tivemos a “Sociedade Brasileira de Psicologia da Religião” e a Revista “Psicologia Normal e Patológica” dirigida pelo Prof. Enzo Azzi, na qual colaboraram eminentes professores de Psicologia estrangeiros e brasileiros de nossa PUC (cf. Valle, 2014).

Outras iniciativas que foram bem recebidas pela Academia foi o CEHILA (Centro de Estudos de História da América Latina) e o IBRADES (Instituto Brasileiro de Apoio ao Desenvolvimento Econômico e Social), sob a direção dos jesuítas do Brasil. Ao lado dessa intensa movimentação para-acadêmica, não se pode ignorar o papel que a chamada “Teologia da Libertação”, as Pastorais Sociais e as “Comunidades de Base”, exerceram – no rastro deixado pela JUC – dentro e fora de ambientes estudantis, sobretudo depois que a CNBB assumiu uma linha mais comprometida com uma pastoral “libertadora” e, em São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns se tornou uma das vozes mais corajosas contra os desmandos da ditadura militar e orientado a um compromisso evangélico da Arquidiocese a favor da chamada “Operação Periferia”.

## Olhar sobre a evolução e consolidação do Programa na PUC-SP

Na PUC-SP não houve grandes discussões em torno do nome a ser dado ao novo Programa. O nome acordado foi sem mais o de “Ciências da Religião” uma vez que um dos objetivos do Programa era o de aprofundar o estudo interdisciplinar das religiões com ênfase nas que se acham presentes no continente latino-americano e no Brasil<sup>9</sup>. Havia a este respeito um acordo tácito. Só vinte anos mais tarde, com argumentos históricos e epistemológicos bem melhor articulados, é que se colocou para a PUC-SP a questão de um “s” a menos no nome do Programa. Todos sabemos que no Brasil existem designações diversas para os estudos da religião. Faustino Teixeira organizou em 2001 um livro ao qual deu o nome de “A(s) ciência(s) da Religião no Brasil” (cf. Teixeira,

---

9 Nos anos 70 havia em todo o país um crescente interesse pelas religiões “populares” (católicas e protestantes, espíritas e espiritualistas de origem oriental ou influenciados pela *new age* e outras (cf. Valle e Queiroz, 1979). O estudo comparativo das religiões pré e pós-coloniais, afro-americanas e indígenas se tornaram nos anos 80 também objeto de maior atenção. Já se faziam presentes no radar dos especialistas os temas da urbanização, da globalização e do trânsito religioso ao lado de outras temáticas novas. No campo da Psicologia da Religião, por exemplo, multiplicaram-se as temáticas (cf. Valle, 2008, pp. 155- 161). Os Programas de Ciências da Religião tornaram este leque temático ainda mais rico e mais extenso (cf. M. C. Henning e C. L. O. Moré, 2009).

2001) o que por si só demonstra a existência de uma vacilação quanto à designação a ser dada a este tipo de estudos pós-graduados. Os programas da PUC-SP e da UFJF estão entre os que primeiro se decidiram a favor do uso do singular em seu nome, não por veleidades arbitrárias e sim devido a motivações epistemológicas e históricas bem consistentes.

Quando nos Conselhos da Universidade e na Coordenação da Pós-Graduação da PUC-SP teve início a discussão sobre um projeto formalmente orientado para as Ciências da Religião surgiram várias objeções ao mesmo. Essas tinham em parte origem na CAPES/MEC/CFE, organismos que não sabiam fazer bem a distinção entre Teologia e Ciência da Religião e que relutavam em reconhecer oficialmente a validade acadêmica dos estudos e títulos em ambas as disciplinas (cf. Oliveira, 2010, pp. 70-75).

Também nos Conselhos de Ensino e Pesquisa e de Pós-Graduação foram levantadas algumas objeções contra o novo Programa. Um dos receios maiores destes Conselhos era o de uma possível sobreposição entre o novo Programa e os outros já existentes nas áreas da Sociologia, Antropologia, História e Filosofia. Em todos estes Programas – especialmente no de Ciência Sociais – já havia um trabalho consolidado. Estas objeções foram se dissipando na medida em que o Departamento de Teologia foi informando aos Conselhos sobre o que já há muito tempo se passava em importantes Universidades da França, Bélgica e Alemanha.

Um outro fator que contribuiu bastante para dissolver tais receios foi a lenta mas segura evolução experimentada pelo próprio Programa. O mesmo se diga do apoio que alguns professores de outros Programas passaram a dar ao de Ciências da Religião. Cândido Procópio Ferreira de Camargo, conhecido sociólogo da religião e um dos diretores do CEBRAP, tornou-se um defensor do mesmo. Nesta mesma direção se posicionaram vários outros docentes como as Professoras Carmem Junqueira, Josildeth Gomes Consorte e Luis Eduardo Wanderley. Cândido Procópio, por sinal, até tornou-se um dos professores fundadores do Programa. Seu exemplo foi seguido por outros intelectuais de prestígio como Rubem Alves, Carlos Brandão e Hugo Assmann que ministraram concorridos cursos no segundo semestre do Mestrado do Programa de CRE. Porém, o mais importante foi o fato de o corpo docente do Programa ter ido aos poucos se constituindo de modo autônomo com mestres do próprio Departamento de Teologia<sup>10</sup>. Entre estes estavam os Professores Mauro Batista, José J. Queiroz e Edênio Valle o que colaborou muito para a estabilidade do Programa que nessa fase sequer dispunha de uma sala própria.

Na primeira fase do Programa, eram bem poucos os alunos que se candidataram. Quase todos tinham formação seminarística católica ou protestante. Todos haviam tido boa formação de graduação em Teologia o que dava homogeneidade ao grupo mas dificultava a separação entre Teologia e Ciências da Religião. Outro problema desta

---

10 Para o ano de 1979 o currículo do Programa foi o seguinte: a) Cursos Básicos: Estudos Brasileiros; Metodologia da Pesquisa e do Trabalho Científico; Teoria do conhecimento. b) Cursos de Concentração: Pensamento Teológico Brasileiro I; Antropologia da Religião; Sociologia da Religião. c) Cursos eletivos: Pensamento Teológico Brasileiro II; Psicologia da Religião; História Comparada da Religião; Teologia Afro-Brasileira; Problemas Contemporâneos da Religião; d) Leitura sistemática de autores e textos de Ciências da Religião.

fase pioneira foi o sustento financeiro do Programa. Uma das primeiras coisas que os alunos aprovados diziam era que precisavam de um bolsa ou de estudos ou de moradia em São Paulo. Conseguimos da Aktion Aveniat cerca de dez bolsas parciais para os primeiros aprovados. O corpo docente foi se constituído aos poucos. O Departamento possuía já três doutores (Mauro Batista, José J. Queiroz e Edenio Valle). A eles foram se juntando outros professores da Casa como Beatriz Muniz de Souza, Luís Eduardo Wanderley. Eu, como coordenador do Programa, dentro de minha visão interdisciplinar dos estudos avançados da religião, aconselhava os alunos a frequentarem disciplinas ministradas em outros Programas dentro e fora da PUC-SP, principalmente nas áreas de Ciências Sociais, História, Filosofia, Psicologia e Educação), usando como critério para esse encaminhamento as lacunas da formação anterior de cada aluno e à temática das dissertações que eles pretendiam abordar.

O Programa de Mestrado entrou em meados dos anos oitenta numa segunda fase de sua história, foi quando o Prof. José J. Queiroz assumiu a coordenação do mesmo. Novos professores se associaram de modo mais preciso ao Programa. Alguns já davam aulas na Graduação. Outro vieram de fora o que representou um enriquecimento para ao Programa. Quase todos já eram doutores. Lembro aqui alguns de seus nomes: o teólogo Ênio José da Costa Brito, o físico e teólogo Eduardo Rodrigues da Cruz, o teólogo especializado em Economia e Religião, Jung Mo Sung, o professor de Literatura Waldecy Tenório, o historiador Fenando Londoño e o educador e historiador Alípio Dias Casali. Na sequência também a coordenação do Programa foi cambiando de mãos. Ao Prof. José J. Queiroz sucederam os professores Ênio José da Costa Brito e Eduardo Rodrigues da Cruz. Foi neste período que o Programa cresceu e se estabilizou definitivamente, adquirindo consistência e identidade próprias. As dissertações de mestrado se multiplicaram. O corpo de professores se firmou e com isto os contratos de trabalho tiveram mais estabilidade, podendo satisfazer as exigências da CAPES. Dois professores estrangeiros se associaram ao Programa trazendo uma preciosa cooperação internacional. São eles os Professores Frank Usarski, da Alemanha e Steven Engler, do Canadá. Professores estrangeiros e nacionais de merecida fama começaram a aparecer com frequência em eventos do Programa. Os convênios com outras Universidades se tornaram também frequentes. A demanda por parte dos alunos aumentou substancialmente.

Tem início uma terceira fase do programa. Foi nessa época que o atual corpo docente do Programa assumiu as feições que possui até hoje. Destaco apenas que houve uma atenção maior à questão epistemológica da Ciência da Religião o que facilitou, entre outras coisas, a decisão aparentemente secundária de retirar do um mero “s” do nome do Programa. Este problema que o nosso Programa levantou com mais clareza no cenário da Ciência da Religião do Brasil passou a ser objeto de uma fecunda discussão nacional na ANPTECRE (Associação Nacional dos Programas de Teologia e Ciências da Religião). Em um certo momento, três das principais Associações que estudam as religiões no Brasil (ANPTECRE, SOTER e ABIB) tiveram como presidentes professores de nosso Programa o que é mais uma prova da alta qualidade a que ele chegou.

A essa nova fase do Programa, a qual faço apenas breve menção. Parece-me que a melhor maneira de ressaltar o renome nacional e internacional que o Programa ganhou em anos mais recentes é a de elencar os nomes dos mestres que compõem o nosso

colegiado: O já falecido Afonso Maria Ligorio Soares, e os atuais Maria Jose Rosado, Luis Felipe Pondé, Pedro de Lima Vasconcellos, Denise G. Ramos, Edin S. Abumansur, Silas Guerriero, João Décio Passos, Wagner Lopes Sanchez e Frank Usarski.

O valor desta equipe brilhante pode ser avaliado pelas centenas de teses e dissertações já defendidas no Programa e pela produção científica que se expressa nas Revistas do Programa (*REVER: Revista de Estudos da Religião e Último Andar*), além de comprovada por duas de suas produções científicas, o *Compêndio de Ciência da Religião* e pelo *Dicionário do Concílio Vaticano II*, além dos inúmeros trabalhos publicados individualmente pelo Colegiado e também por nossos Alunos/as e Ex-Alunos/as.

Para finalizar, olhando para a frente, o que me resta é perguntar o que o Programa espera e pretende, agora que chegou aos seus quarenta anos de presença ativa no campo da Ciência da Religião? Tento responder: é olhar para a frente, pois, afinal, a vida começa é aos quarenta. E porque não trabalhar com afinco para receber uma merecida nota seis (ou sete) na avaliação da Capes?

Relembro aos docentes, aos doutores e mestres formados no Programa e aos atuais Alunos e Alunas do Programa o que a Constituição Pastoral *Gaudium et Spes* disse ao afirmar logo em seu primeiro parágrafo que a vida dos cristãos se desenvolve na sociedade humana e não fora dela, o que vale também para nosso Programa e para nossa Universidade independente das convicções pessoais.

## Referências

- AZEVEDO, Marcelo de Carvalho, “Dinâmicas da cultura brasileira”. In: Para onde vai a cultura Brasileira?: desafios pastorais. Estudos da CNBB, nº 58, 1990. pp. 15-47.
- BEOZZO, José Oscar, A Igreja do Brasil de João XIII a João Paulo II, De Medellín a Santo Domingo. Petrópolis: Vozes, 1992.
- CASALI, Alípio e ALMEIDA, Fernando José de. “Estatuto da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo”. In Jornal da PUC-SP (page1 image, 1216) 2018, pp. 1-7.
- CHIAVEGATO, Augusto José (Org.). Homem Hoje. São Paulo: Cortez e Moraes, 1976.
- CNBB, Evangelização e Missão profética da Igreja, Documentos da CNBB Nº. 80, 2005.
- CNBB, Evangelização e Pastoral da Universidade. Estudos da CNBB, Nº. 56, 1990.
- CNBB, Plano de Emergência para a Igreja do Brasil. Documento 76. Caderno da CNBB Nº. 1, 1962.
- CONSEJO EPISCOPAL LATINO-AMERICANO (CELAM). Los cristianos en la Universidad, Bogotá/Buga: DEC e DPU, 1967.
- GAUDIUM ET SPES. Constituição Pastoral. In: VIER, Frederico (Coord.) Compêndio do Vaticano II. Constituições, decretos, declarações, Petrópolis: Vozes, pp. 141-255.



HENNING, Martha C e MORÉ, “Religião e psicologia: análise das interfaces temáticas”. In: Revista de Estudos da Religião-Rever, Ano 9, 2009, pp. 84-114.

MARQUES, Ângela Cristina Borges; ROCHA, Marcelo. Memórias da fase inicial da Ciência da Religião no Brasil - Entrevistas com Edênio Valle, José J. Queiroz e Antonio Gouvêa Mendonça. In REVER. março/2007. pp. 192-214.

OLIVEIRA, Pedro Ribeiro de, “As Ciências da religião no Brasil: percalços na constituição da área científica”, In: AUGUSTO, Adailton Maciel (Coord.). Ainda o sagrado selvagem. Estudo em homenagem a Antonio Gouvêa Mendonça. São Paulo: Fonte Editorial e Paulinas, 2010. pp. 71-84.

PASSOS, João Décio e USARSKI, Frank. “Introdução Geral”. In: Compêndio de Ciência da Religião, São Paulo: Paulus e Paulinas, 2013, pp. 17- 32.

RIBEIRO Jr., J.C. Religiosidade Jovem: pesquisa entre universitário. São Paulo: Loyola e Olho D’Água, 2009.

SILVA Jr. Alfredo Moreira da. Aggiornamento e fumaça de Satanás. Interpretações sobre o Vaticano II no Catolicismo Brasileiro. Tese de Doutorado, Programa de Ciência da Religião da PUC-SP, 2013.

SENRA, F. e FERREIRA, A.V. “Tendência interdisciplinar das Ciências da religião no Brasil: o debate em torno da interdisciplinaridade e o paralelo com a constituição da área no país. In Numen, v. 15. 2012, pp. 249-268.

SOARES, Afonso, “A Ciência da Religião aplicada à Teologia”; In: PASSOS. J. Décio e USARSKI, Frank, Lugar citado, 2013, pp. 649-661.

TEIXEIRA, Faustino (Org.). A(s) Ciência(s) da Religião no Brasil: afirmação de uma área acadêmica. São Paulo: Paulinas, 2001.

VALLE, Edenio e QUEIROZ, José J. (Org.). A cultura do povo. São Paulo: Cortez e Moraes, 1979.

VALLE, Edênio e MASETTO, Marcos. Estruturas universitárias e valores evangélicos, In: Atualização, 1976, v. 7, pp. 65-75.

VALLE, Edenio. A Psicologia da Religião no espelho de três revistas da PUC-SP. Programa de Ciência da Religião, paper, 2014.

VALLE, Edenio. Dom Paulo Evaristo Arns e a PUC de São Paulo, Um cardeal de Ferro em anos de chumbo. In: COSTA, Valeriano dos Santo, Lugar citado, 2016, pp. 169-194.

VALLE, Edenio, In: BRUSCAGIN, Claudia e outras, Religiosidade e Psicoterapia, Estados Alterados da Consciência, Experiências anômalas e Psicoterapia, São Paulo: Roca, 2008. pp. 81-100.

VILLAS BOAS, Alex. Perspectiva interdisciplinar da Teologia no Brasil. O debate epistemológico da área das Ciências da Religião e Teologia. In: Interações, 2018, pp. 260- 286.